

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2542319720191106170656

Processo 0816875-05.2019.8.23.0010 ☆ - (156 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Defensor de Justiça

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

53 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 53

500 por pág.1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div><div></div></div> 53	06/11/2019 17:06:56	<div>JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE</div> <div>Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (22/10/2019)</div>	<div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
<div><div>53.1 Arquivo: Petição</div><div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA</div><div>FILHOJOAO ALVES BARBOSA</div><div>FILHO,</div></div><div><div>2611125ELABORAR MANIFESTACAO</div><div>SOBRE DOCS01.pdf</div></div><div>Público</div></div>			
52	02/11/2019 00:02:10	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de LAUCLEDISON SANTOS CARDOSO) em 04/11/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 48) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (22/10/2019) e ao evento de expedição seq. 49.</div>	<div>SISTEMA CNJ</div>
51	29/10/2019 09:26:04	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 29/10/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 48) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (22/10/2019) e ao evento de expedição seq. 50.</div>	<div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
50	22/10/2019 14:15:04	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (22/10/2019)</div>	<div>Suami Percílio do Santos Filho</div> <div>Analista Judiciário</div>
49	22/10/2019 14:15:03	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de LAUCLEDISON SANTOS CARDOSO com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (22/10/2019)</div>	<div>Suami Percílio do Santos Filho</div> <div>Analista Judiciário</div>
<div><div></div></div> 48	22/10/2019 10:31:49	<div>JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO</div>	<div>VITOR PARACAT SANTIAGO</div> <div>Perito</div>
47	18/10/2019 00:09:36	<div>DECORRIDO PRAZO DE PERITO VITOR PARACAT SANTIAGO</div> <div>(Para Perito VITOR PARACAT SANTIAGO *Referente ao evento (seq. 42) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(25/09/2019) e ao evento de expedição seq. 44.</div>	<div>SISTEMA CNJ</div>
46	01/10/2019 00:12:06	<div>DECORRIDO PRAZO DE LAUCLEDISON SANTOS CARDOSO</div> <div>(P/ advgs. de LAUCLEDISON SANTOS CARDOSO *Referente ao evento (seq. 32) JUNTADA DE LAUDO(29/08/2019) e ao evento de expedição seq. 33.</div>	<div>SISTEMA CNJ</div>
45	26/09/2019 10:30:16	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo Perito VITOR PARACAT SANTIAGO) em 26/09/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 42) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (25/09/2019) e ao evento de expedição seq. 44.</div>	<div>VITOR PARACAT SANTIAGO</div> <div>Perito</div>
44	25/09/2019 14:45:30	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para Perito VITOR PARACAT SANTIAGO com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (25/09/2019)</div>	<div>Suami Percílio do Santos Filho</div> <div>Analista Judiciário</div>
43	25/09/2019 14:44:43	<div>HABILITAÇÃO PROVISÓRIA</div> <div>Perito Oficial: VITOR PARACAT SANTIAGO habilitado até 03/01/2020 (100 dias)</div>	<div>Suami Percílio do Santos Filho</div> <div>Analista Judiciário</div>
<div><div></div></div> 42	25/09/2019 14:16:32	<div>PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE</div>	<div>PHILLIP BARBIEUX SAMPAIO</div> <div>Magistrado</div>
41	24/09/2019 17:46:19	<div>CONCLUSOS PARA DECISÃO</div> <div>Responsável: PHILLIP BARBIEUX SAMPAIO</div>	<div>Suami Percílio do Santos Filho</div> <div>Analista Judiciário</div>
<div><div></div></div> 40	24/09/2019 15:55:41	<div>JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE</div> <div>DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO</div>	<div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08168750520198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LAUCLEDISON SANTOS CARDOSO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., em resposta a manifestação do expert perito sobre o laudo pericial, expor para ao final requerer o que segue:

Que o perito em seu laudo fez a seguinte graduação:

Segmento anatômico	Marque aqui o percentual			
1ª Lesão <i>membro inferior esquerdo</i>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input checked="" type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão <i>talão direita</i>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input checked="" type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
4ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

Contudo após a impugnação ao laudo, o mesmo se manifestou no sentido de esclarecer a graduação realizada no laudo pericial, tendo graduado em 75% do membro, vejamos:

Justificando o que se pede, informo a este Juízo que as fraturas de fêmur e platô tibial afetam todo o membro.
Mantenho minha graduação de 75% (intenso) no membro afetado.

Todavia, resta evidente que após o esclarecimento do perito, conclui-se que não trata-se de duas lesões, porém apenas uma, graduada em 75%.

Insta salientar que a Requerida já efetuou o pagamento administrativo, no valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais).

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais¹.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ².

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo

¹RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

²**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 3.375,00 (TRÊS MIL E TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS).**

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 6 de novembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR